

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul



PPi

Projeto Pedagógico Institucional



INSTITUTO FEDERAL
RIO GRANDE DO SUL



REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

Secretaria de Educação
Profissional e Tecnológica

Ministério
da Educação

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
1.1 CONTEXTUALIZANDO O IFRS	5
2. DIMENSÃO POLÍTICO – PEDAGÓGICA	9
2.1. SER HUMANO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO	9
2.2. CONTEXTO ATUAL DO MUNDO DO TRABALHO	10
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	13
3.1. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	16
3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO..	17
4. POLÍTICAS DE ENSINO.....	19
4.1. O COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	19
4.2. A VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO	20
4.3. CURRÍCULO	22
4.4. AVALIAÇÃO	23
4.5. INCLUSÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA.....	24
4.5.1 INCLUSÃO.....	25
4.5.2 ACESSO	26
4.5.3 PERMANÊNCIA.....	27
5. POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO	29
6. POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	31
6.1. EXTENSÃO E PRÁTICA PROFISSIONALIZANTE.....	32
7. NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	35
7.1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	37
7.2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	40
7.3. GRADUAÇÃO	42
7.4. PÓS-GRADUAÇÃO	43
7.5. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	43

8. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	45
9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	47
10. UTOPIAS.....	49
11. REFERÊNCIAS	51
12. GLOSSÁRIO	56

1. APRESENTAÇÃO

O projeto pedagógico de uma instituição de ensino representa sempre um processo contínuo, de construção coletiva, da intersecção de convicções que orientam as práticas de ensino e de aprendizagem, do investimento constante no aprimoramento das relações, compreendidas como principal fonte do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, onde o “fazer” não está descolado do “aprender”, é preciso compreender que tudo o que ocorre em uma Instituição de Ensino é educativo e que a aprendizagem é um processo permanente de construção social através de símbolos, valores, crenças, comportamentos e significados. Essa perspectiva torna possível a compreensão entre as diferenças e a completez existente nos três segmentos (docente, discente e técnico-administrativo) que compõem o IFRS. Logo, tudo ensina e todos ensinam a todos, independentemente do sentido e dos julgamentos de valor, em um processo que é individual e coletivo ao mesmo tempo, observando-se que há, sobretudo, um coletivo em cada indivíduo.

Nessa lógica, um Projeto Pedagógico Institucional não deve ser realizado a partir de um único referencial, mas como fruto da elaboração e contribuição de todos. Como construção coletiva, implica, conforme BARBIER (1996), projetar, ou seja, intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções.

Segundo Veiga (1995, p.13), o Projeto Pedagógico deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da instituição de ensino. A construção do nosso PPI contribuiu para reforçar o compromisso coletivo com a concepção de Educação Profissional e Tecnológica, impulsionada pela articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

O PPI do IFRS começou a ser construído no início de 2010, quando foi criado um Grupo de Trabalho, com representantes de todos os *Campi* e da Pró-Reitoria de Ensino, responsável por fomentar e organizar esse processo.

Até aquele momento, já havia um acúmulo de esforços no sentido de criar orientações político-pedagógicas para as ações de ensino, pesquisa e extensão do Instituto, e essa caminhada possibilitou dar esse grande passo e encarar o desafio de construir coletivamente um documento desse porte.

O Grupo de Trabalho nomeou quatro de seus membros responsáveis pela elaboração do texto inicial da minuta, que foi apresentado à comunidade acadêmica do IFRS no final do ano de 2010. Essa minuta foi apreciada pelos segmentos discente, técnico-administrativo e docente em todos os *campi*, através de reuniões e debates, e posteriormente foram enviadas contribuições à comissão redatora. Em seguida, a comissão foi reformulada, contando com a presença de quatro novos representantes. A nova comissão incorporou ao documento as contribuições dos *campi* e, no intuito de ampliar os momentos de diálogo sobre o conteúdo do PPI, a minuta, reestruturada, foi novamente discutida pelos segmentos da comunidade acadêmica. Após nova rodada de sugestões, o Projeto Pedagógico Institucional foi objeto de apreciação em Assembléia Geral no mês de setembro de 2011.

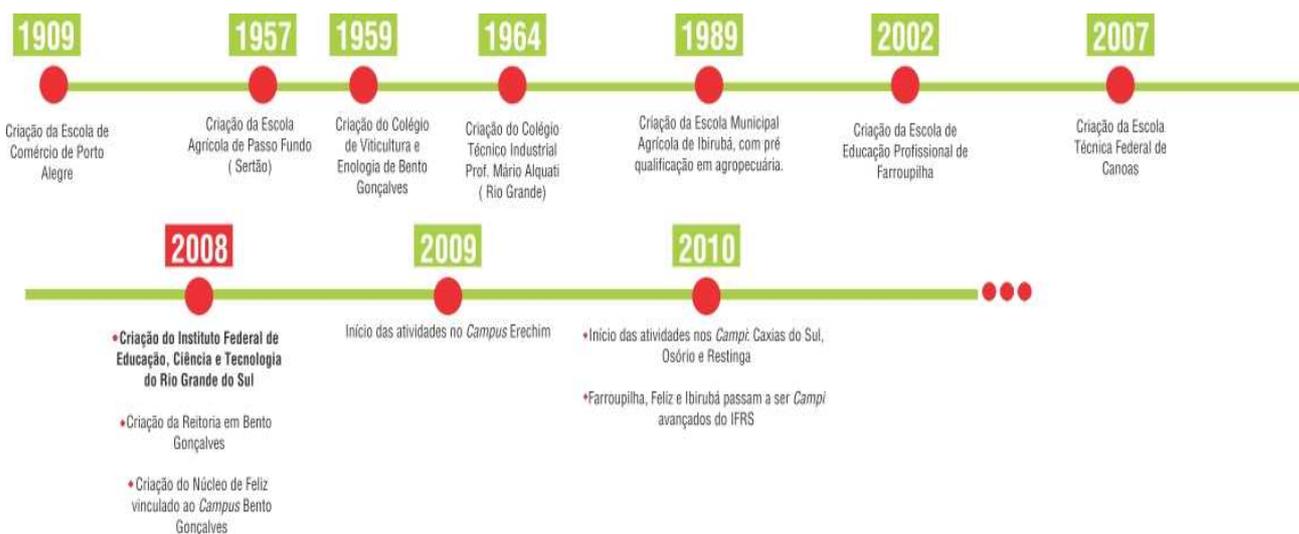
No decorrer desse período, muitos encontros tiveram em sua pauta o PPI do Instituto, em uma trajetória de avanços e desafios, de superação das distâncias físicas entre os *campi* e de reconhecimento das diferentes realidades. Dessa forma, foi sendo gestado o primeiro Projeto Pedagógico Institucional do IFRS, que reflete o momento da instituição, ilustra o pensamento e as expectativas da comunidade acadêmica que se envolveu em sua elaboração e aponta os rumos político pedagógicos do IFRS.

1.1 CONTEXTUALIZANDO O IFRS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) é composto atualmente por doze *campi*, distribuídos em várias regiões do Estado, sendo que a reitoria está localizada na cidade de Bento Gonçalves. Fazem parte do Instituto os seguintes *campi*: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande e Sertão.

O Instituto nasce através de uma intencionalidade política, fruto de um contexto social e econômico, que atualmente está em curso no capitalismo em níveis nacional e internacional e da vontade de fortalecer e expandir a Educação Profissional e Tecnológica, inclusive a partir de um novo modelo organizacional.

O IFRS é fruto de um complexo mosaico de histórias institucionais no âmbito da educação profissional, reunindo instituições com trajetórias de décadas e novos *campi*. A Lei 11.892/2008 instituiu o IFRS a partir da união de três autarquias federais: CEFET Bento Gonçalves, Escola Agrotécnica Federal de Sertão e Escola Técnica Federal de Canoas. Logo após a promulgação, incorporaram-se ao Instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da UFRGS e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande. No decorrer do processo foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os *campi* de Caxias, Erechim, Osório e Restinga. Estas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de *campi* e suas experiências contribuem para a formação desta nova configuração institucional. Com a premissa de expansão da Rede Federal, a partir de 2012, o IFRS contará com quatro novos *campi* a serem implantados nas cidades de Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão.



No contexto local e regional, como enfatizam os documentos que sustentam a proposta dos institutos, segundo documentos do MEC-SETEC

(2008), “atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação dos Institutos Federais”. O IFRS também possui o compromisso de trabalhar no sentido da democratização dos conhecimentos, tendo como base um modelo de educação progressista¹, que deve estar articulado a um projeto de sociedade baseada na igualdade de direitos e oportunidades nos mais diversos aspectos: cultural, social, econômico, político, ecológico entre outros. Para tanto, o IFRS necessita ir além de representar um centro privilegiado de excelência em educação, deve constituir-se como uma instituição de educação conhecedora e comprometida com a realidade na qual está inserida, tanto em nível local como regional.

Nesse sentido, o Estado do Rio Grande do Sul, que outrora fora reconhecido como uma das referências em educação, vive hoje uma crise no setor público, reflexo de administrações descomprometidas com o serviço público, baseadas nas políticas privatistas e de desresponsabilização pelos investimentos sociais, fundamentalmente pelas políticas públicas destinadas à educação que, dentro da concepção da Reforma do Estado, representam os maiores gastos do governo e, portanto, suscetíveis de cortes. A partir deste contexto de desmonte da educação pública no RS, o IFRS necessita se engajar na luta pela melhoria da qualidade e democratização da educação pública, definida na carta constitucional de 1988 como um “direito de todos” e dever do estado.

No conjunto de propostas de ações do IFRS, destaca-se a verticalização do ensino através da articulação da educação básica, profissional e superior. O IFRS, em consonância com o contexto de sua criação e comprometido com a concepção de Educação Profissional e Tecnológica que a justifica, destaca como suas ações fundamentais:

- oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação

¹ De acordo com Pacheco, a educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

profissional nos diversos setores da economia, especialmente no que tange ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

- desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo intercultural e investigativo de produção e recriação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promoção da integração e da verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior;
- compromisso com a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação;
- desenvolvimento de ações de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realização e fomento da pesquisa aplicada, da produção de conhecimento do desenvolvimento cultural, da economia solidária, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico;
- fomento da produção, do desenvolvimento e da transferência de tecnologias sociais, com atenção especial às tecnologias assistivas e àquelas que visam à criação de estratégias de preservação do meio ambiente;
- Integração com as comunidades locais por meio da participação em grupos, comitês e conselhos municipais e regionais;
- compromisso com a oferta de formação inicial e continuada de trabalhadores em educação.

2. DIMENSÃO POLÍTICO – PEDAGÓGICA

2.1. SER HUMANO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

O ser humano é um ser histórico, cultural, inacabado, é um ser de relações e na convivência com outros seres se constitui. Encontra-se em permanente movimento no tempo e espaço, sempre em busca de sanar suas necessidades para produzir sua existência. Esta iniciativa, que os seres humanos possuem em sua essência, se materializa através do trabalho, que resulta na produção de conhecimento e na conseqüente formação de uma bagagem cultural, que se constitui como ponto fundamental para o desenvolvimento da humanidade. Sendo assim, o ser humano, como sujeito cognoscente², reflete sobre sua própria existência e atua politicamente na realidade, transformando a sociedade

Pensar no ser humano significa projetar sua coletividade em uma sociedade que represente um espaço de possibilidades dialógicas, históricas e culturais. Uma visão de sociedade que se contrapõe a concepções de imobilidade, de naturalização das relações, em que a ideia de que nada podemos fazer para modificar a realidade é diariamente vendida. Pensar socialmente significa entender a realidade desigual que efetivamente existe e conceber as relações de poder na dimensão material, onde as lutas de classes pautam os movimentos desta sociedade.

Diante desse contexto, torna-se premente projetar uma sociedade baseada em relações verdadeiramente igualitárias, na qual a democracia nos remeta ao conceito amplo de cidadania, que vai muito além da participação política através do voto, pois a cidadania consiste na possibilidade de todos os sujeitos da sociedade terem acesso à educação, cultura, trabalho, qualidade de vida, bens materiais etc.

² Na concepção freireana, um sujeito cognoscente é aquele que possui a consciência do inacabado, pois é na consciência da inconclusão que homens e mulheres produzem a educabilidade dialógica.

Trabalhar na perspectiva da transformação social implica adotar mecanismos para alcançar as ações previstas acima e, nesse sentido, a educação não pode ter a responsabilidade integral da transformação, pois a educação, de forma isolada, não é capaz de transformar uma sociedade. No entanto, se analisada em amplo sentido, possui uma função fundamental, na medida em que todo o processo de transformação é fruto de um conjunto de ações educativas.

O IFRS entende a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica que envolve a transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Além disso, deve ter um caráter não dogmático, de modo a que os sujeitos se auto-identifiquem do ponto de vista histórico. Nesse sentido, conforme Pacheco (2011), a educação

precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (p.5).

2.2. CONTEXTO ATUAL DO MUNDO DO TRABALHO

Nas últimas décadas, através da intensificação da globalização, as instituições representantes do capital vêm orquestrando mudanças significativas que dinamizaram o processo de exploração da classe trabalhadora, minimizando suas conquistas. Para Ciavatta (2005), a globalização, aparentemente neutra, realiza uma função ideológica bem específica: “encobrir os processos de dominação e de desregulamentação do capital e, como consequência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social.” (p. 65).

É também, nesse sentido, que se observa o surgimento da chamada “sociedade do conhecimento”, um conhecimento que busca dar conta das

especificidades que o mercado exige e, como resultado, da busca pelas competências e habilidades necessárias para o trabalhador ser absorvido pelo mercado.

Nesse contexto, contudo, a educação não pode estar a serviço das demandas do mercado, pois não há como institucionalizar o ensino para o trabalho e para o trabalhador sem vislumbrar os trabalhadores como centro desse processo. Assim, educação não pode estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, mas deve estar em sintonia com as necessidades de formação profissional, através de uma articulação permanente entre Trabalho e Educação.

Para tanto, é preciso entender o trabalho como práxis constituidora do ser humano, que ao mesmo tempo possibilita a manutenção da espécie e o liberta das suas necessidades. Na condição de liberdade, o ser humano aumenta a sua capacidade criadora e construtora da realidade e recriação de si e dos outros, em busca de sua emancipação. De acordo com Organista (2006),

[...] é a categoria trabalho que permite a existência social, é falso afirmar que a existência social se limita ao trabalho. Ao contrário, sendo o trabalho uma categoria social, ele somente pode existir enquanto participe da totalidade social; nesse sentido, o trabalho, intercâmbio orgânico com a natureza, é constituinte e constituído pelas relações entre os homens. (p.14)

Partindo do pressuposto que as dimensões do trabalho não se restringem apenas às atividades materiais e produtivas e, portanto, representam as constituições históricas, acredita-se que a experiência do trabalho possibilita a criação e recriação do cotidiano dos trabalhadores, transformando-os em atores e sujeitos dos processos produtivos. Desse modo, é necessário retomar a discussão que Marx realiza acerca do trabalho, em seu sentido histórico e ontológico, para compreender qual o alicerce que fundamenta a educação profissional na Rede Federal, enfocando o trabalho no seu sentido positivo, buscando o desenvolvimento humano integral.

Dessa forma, defende-se a indissociabilidade entre a educação geral e a educação profissional, uma formação técnica e tecnológica integrada, que

promova a percepção da ontologia do trabalho e a educação omnilateral (FRIGOTTO, 2004). Cita-se aqui, também, Gramsci, autor que busca “[...] enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.” (GRAMSCI, apud CIAVATTA, 2005, p. 84).

Para que se possa falar em Educação Omnilateral é preciso atender a todas as dimensões relacionados à constituição humana enquanto ser histórico-social. Significa não desmerecer nenhum dos aspectos culturais e sócio-econômicos. Mas rejeitar uma educação de caráter adaptativo, prescritivo e instrumental e proporcionar uma educação profissional politécnica, reflexiva, crítica, política, a partir de uma compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura e das artes.

Assim, acredita-se na superação da divisão social do trabalho que separou ao longo da história o homem entre o pensar e o fazer, o dirigir e o planejar. Superando a compreensão do trabalho estranho e alienado, que se opõe à construção de uma sociedade humanizada, com olhar voltado ao trabalho com sentido ontológico.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A partir da abertura política no Brasil, na década de 1980, e da reorganização dos movimentos políticos e sociais, o País entra num novo paradigma social, no qual o debate democrático volta a pautar o contexto da sociedade brasileira. Como reflexo desse cenário, temos a promulgação da Constituição Federal de 1988, que no Art. 206 prevê que a Gestão Democrática seja um dos princípios do ensino. Acompanhando essa ideia, no âmbito da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em seu Artigo 3º, traz a Gestão Democrática como um princípio do ensino público e reforça esta ideia no Ar. 14, destacando algumas formas de realizar a Gestão Democrática:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto, há mais de 20 anos o Brasil vem vivenciando a democracia aplicada na gestão das instituições públicas de ensino, e o IFRS tem nos princípios da Gestão Democrática as bases para sua organização e funcionamento.

Nesse sentido, vive-se numa democracia caracterizada pela organização política que reconhece cada sujeito como membro da comunidade/sociedade, a quem cabe discutir, refletir, pensar, opinar e transformar as questões coletivas. Isso remete à democracia escolar que se efetiva através da gestão democrática, entendida “como uma das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos” (Antunes, 2002, p.131).

A gestão educacional, de acordo com Luck (2000), deve ser fonte de inspiração e mobilização para concretizar objetivos, com a percepção de que esta realidade é mutante, global, dinâmica e necessita da coletividade para ser transformada. Para o autor,

a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização, capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados. (p.25)

Reafirma-se aqui que os Institutos Federais surgem a partir de uma intencionalidade política, fruto do contexto social e econômico, sendo institucionalizados através da Lei 11.892, de 2008. A criação do IFRS proporcionou o encontro de instituições de ensino com história dentro da educação profissional (um Centro Federal de Educação Tecnológica, uma Escola Agrotécnica Federal e Duas Escolas Vinculadas a Universidades Federais) além da criação de novos *campi*.

Por um lado, as instituições que vinham atuando como autarquias federais tinham um nível maior de autonomia administrativa e financeira e tiveram que se adequar a essa nova realidade: tornar-se um *campus* de uma instituição multicampi e, conseqüentemente, ter sua autonomia relativizada.

Por outro lado, as então escolas vinculadas às Universidades Federais e os *campi* que foram criados ou agregados ao Instituto no decorrer do processo, tiveram acesso a novas oportunidades de gestão educacional.

Portanto, é a partir dessa formatação heterogênea, em termos de cultura organizacional, que o IFRS vem buscando maneiras de otimizar sua estrutura administrativa, pautado nos princípios da Gestão Democrática.

Uma meta institucional que está sendo perseguida é o aumento da participação de representantes de entidades civis nas instâncias deliberativas e executivas do Instituto. No ano de 2010, o Instituto conseguiu realizar a sua Avaliação Institucional, com a participação de membros da comunidade externa

na Comissão Própria de Avaliação, contribuindo com um olhar diferenciado e auxiliando na reflexão institucional.

Outro momento que merece destaque foi o processo de construção do Regimento Interno do Instituto. O processo foi encaminhado de forma semelhante ao de construção deste PPI. Instituiu-se um Grupo de Trabalho com representantes de todos os *campi*. A partir de uma minuta propositiva, em cada *campus* foi formada uma comissão com representantes do segmento docente, técnico-administrativo e discente para organizar o debate e sistematizar as sugestões advindas dos diversos momentos de diálogo.

A partir da aprovação do Regimento Geral dos *campi* do IFRS, seus respectivos conselhos começarão a funcionar e serão a instância máxima de deliberação no âmbito do *campus*, aumentando o fluxo de informações e ampliando a participação nas decisões, tornando-se assim um espaço privilegiado de gestão democrática.

Desta forma, não se concebe Gestão Democrática sem a ampla participação dos Conselhos de *campi* atuando de maneira deliberativa na aprovação de parcerias com outras organizações, na criação de novos cursos (independentemente do nível de ensino), nas decisões que envolvam o patrimônio público e na definição das estruturas administrativas, processuais e recursais, garantindo que todos os segmentos envolvidos tenham oportunidade de pronunciar-se sobre os diversos assuntos de interesse do IFRS.

Além disso, o IFRS deve garantir visibilidade de suas ações, tanto para o público externo quanto para a comunidade acadêmica, por meio de comunicação eficiente, com o uso de *sites* adequados, de redes sociais e das diversas plataformas comunicativas existentes.

Mais que um conceito, a gestão democrática é um princípio que precisa e vai se constituindo no dia a dia da instituição, através da participação e envolvimento do maior número de sujeitos nos processos decisórios, no respeito às deliberações tomadas em coletivo, no reconhecimento dos órgãos colegiados como instâncias privilegiadas de consulta e deliberação, na liberdade de expressar opiniões e no sentimento de responsabilidade coletiva em relação aos assuntos institucionais.

3.1. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à organização curricular e à flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e extra-escolares. Os saberes necessários ao trabalho conduzem à efetivação de ações do ensino e aprendizagem (construção dialógica do conhecimento), da pesquisa (elaboração e reelaboração de conhecimentos) e da extensão (ação-reflexão com a comunidade).

De acordo com Martins (2004), após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais em 1996, muitos educadores adotaram uma postura de mudança nos processos de ensino e de aprendizagem, almejando a relação entre aprendizagens, relacionando cada vez mais as ações dos educandos a partir da e sobre a realidade, tanto no cotidiano quanto ao futuro exercício profissional.

Martins (ibidem) também acredita que, para tanto, há a necessidade de rever as concepções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. Considera-se que um dos maiores entraves para a concretização desta indissociabilidade reside na visão fragmentada, taylorista, dos processos nela envolvidos, pela qual ensino, pesquisa e extensão tornam-se atividades em si mesmas:

O fazer pedagógico desses institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. (disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf - 30-06-2011, pág. 12)

Além disso, a ausência de espaços coletivos de formação permanente para trabalhadores em educação, a escassez de espaços de discussão e a

ausência de espaços coletivos de convivência minimiza o diálogo, a interação entre professores e, por consequência, entre as disciplinas e entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística e cultural promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional.

No entanto, a trajetória dos cursos e dos profissionais envolvidos na construção do IFRS coloca ainda o ensino como sendo a função precípua da instituição. Porém, aos poucos, a pesquisa e a extensão vêm ganhando espaço e, futuramente, irão realimentar e ressignificar os processos próprios do ensino. Nessa relação dinâmica e dialética, espera-se consolidar e tornar indissociáveis o ensino, a pesquisa e a extensão.

3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Estatuto e o Regimento Geral são os dois documentos que norteiam a estrutura administrativa do IFRS. Apontar-se-á algumas estruturas deliberativas e executivas da organização, dando ênfase às que possuem maior relação com o ensino, a pesquisa e a extensão. O Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes são as instâncias colegiadas com função deliberativa, sendo que o Conselho Superior (ConSup), de caráter consultivo e deliberativo é o órgão máximo da instituição. O Colégio de Dirigentes (CD), de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.

As instâncias executivas e deliberativas do IFRS, no que se refere à organização do Ensino, da Pesquisa e da Extensão estão diretamente relacionadas às Pró-Reitorias e Comitês. As Pró-Reitorias de Ensino (ProEn), Pesquisa (ProPi) e Extensão (ProEx) são os órgãos executivos responsáveis pelo planejamento, superintendência, coordenação, fomento e acompanhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão do Instituto. Estas

três Pró-Reitorias desempenham suas atividades mantendo estreita comunicação com as respectivas Diretorias e Coordenadorias de Ensino, Pesquisa e Extensão dos *campi* e com as Pró-Reitorias de Administração e Desenvolvimento Institucional.

Na busca por ampliar a participação e representatividade dos *campi* nas decisões e encaminhamentos das Pró-Reitorias, destaca-se a importância dos Comitês de Ensino (CoEn), Pesquisa (CoPi) e Extensão (CoEx). Os Comitês debatem os temas de sua abrangência e propõem a criação de Comissões ou Grupos de Trabalho para realizar tarefas coletivas de interesse do Instituto.

Talvez o maior desafio no que diz respeito às estruturas administrativas e a gestão democrática seja a participação nestas instâncias. A razão de existir dos órgãos executivos é implementar as ações de interesse da coletividade, dos órgãos deliberativos é possibilitar que as pessoas conheçam e decidam os rumos da instituição. Portanto, faz parte do Projeto Pedagógico Institucional reafirmar a importância do diálogo e da participação como atitudes positivas para o crescimento do IFRS.

4. POLÍTICAS DE ENSINO

O norte de uma Instituição de Ensino são suas políticas de ensino. São alguns exemplos de políticas de ensino do IFRS: seu compromisso com a educação profissional; a verticalização do ensino; a construção e reconstrução permanente de seus currículos; as práticas avaliativas, a busca por paradigmas democráticos para inclusão, acesso e permanência na instituição.

4.1. O COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O IFRS, em conformidade com as políticas e princípios que orientam suas ações, possui um forte compromisso com a Educação Profissional, na medida em que objetiva um projeto de sociedade baseada na igualdade de direitos e oportunidades nos mais diversos aspectos: cultural, econômico, político, entre outros.

Nesse sentido, acredita-se que, para tanto, a Educação Profissional deve articular, sob a perspectiva da totalidade, síntese de múltiplas relações, sem dicotomia entre conhecimentos gerais e específicos, os seguintes conceitos: trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

Com base nessa concepção, o ser humano, como ser histórico-social, age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação, produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio. Nessa relação, os seres humanos materializam suas ações através do trabalho. Logo, o trabalho torna-se uma categoria ontológica, inerente à espécie humana. Sendo assim, o trabalho é o elemento desencadeador da produção de cultura, bens materiais e conhecimentos que movimentam a sociedade humana. O trabalho deve ser analisado como princípio educativo, sentido em que permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes.

A cultura constitui-se como uma categoria que representa as relações dos seres humanos histórica e geograficamente, suas cargas identitárias, suas tradições e seus costumes. Essa se torna fundamental, na medida em que,

analisada, possibilita a compreensão da conjuntura social que permitiu determinadas transformações na história da humanidade.

A ciência é a parte do conhecimento melhor sistematizado e expresso na forma de conceitos e são representações importantes que auxiliam a reflexão dos seres humanos sobre a realidade concreta. Já a tecnologia pode ser compreendida como a ciência apropriada a fins produtivos, sendo, por essa via, a Educação profissional um canal confluyente de uma formação que integra cultura, ciência e tecnologia.

Já a arte (cênica, musical, plástica etc.) é o elemento capaz de criar e recriar identidades culturais, individuais e comunitárias; permite momentos de reflexão, de *insights*, de criatividade, de expressão, e é capaz de desenvolver a inteligência (Gardner). A música, por exemplo, desenvolve a sociabilidade, o senso de ritmo e de tempo, é, outrossim, produto econômico, enquanto promove a sensibilidade estética e antropológica, tornando-se fundamental para a educação integral do ser humano. Assim, a atividade artística é também atividade técnico-profissional, seja de trabalhadores em educação, seja de estudantes, configurando-se em elemento extremamente importante para a compreensão de atividades de *performance* e de produção e de contato com a comunidade.

4.2. A VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO

O IFRS estrutura a sua prática através da verticalização do ensino, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem nos diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos, estabelecendo itinerários formativos, por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão busca superar o modelo hegemônico de educação, possibilitando que o conjunto de saberes produzidos no IFRS perpassa os níveis e modalidades de ensino oferecidas pela Instituição.

A atuação nos diferentes níveis e modalidades permite aos sujeitos envolvidos no processo educacional a reconstrução de seus saberes por meio da dialogicidade, possibilitando a reflexão constante sobre o agir pedagógico:

Essa proposta, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho e de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira (BRASIL, MEC. 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec> Acesso: 02.06.2011)

A partir da verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos, flexibilização das organizações curriculares. A verticalização do ensino também pode possibilitar que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, possibilitando desta forma a construção e reconstrução contínua de saberes.

Para os trabalhadores em educação, a atuação em diferentes níveis de ensino permite a ressignificação de saberes, inclusive em relação à prática da pesquisa e da extensão, oportunizando olhares diferentes, com complexidades singulares acerca das temáticas envolvidas na educação profissional:

Essa organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes, por terem esses profissionais a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, o que faz que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (idem, pág. 27).

A verticalização sintoniza-se com a diversidade e condiz com uma visão progressista de educação, com o compromisso de que o trabalho como

princípio educativo pode ser um caminho privilegiado para a formação integral do ser humano, independente do nível de ensino em questão.

4.3. CURRÍCULO

O IFRS concebe o currículo numa perspectiva ampliada, que contempla as diversas experiências de aprendizagem, os esforços pedagógicos e as intenções educativas. Paiva (1993) vai além e entende que o currículo tem papel fundamental na construção da identidade de um povo, na concretização da sua soberania e seu senso de autonomia.

O currículo é compreendido como um projeto, porque não se trata de algo pronto. Acredita-se que o currículo, enquanto meio de organizar o conhecimento, deve ser construído coletivamente, levando em consideração os elementos da realidade local e dos sujeitos envolvidos, influenciado pelas relações dinâmicas dentro do contexto escolar e carregado de intencionalidade político-pedagógica.

O IFRS acredita que o currículo deve explicitar a função da instituição e enfatizar o momento histórico e social determinado, sendo uma forma de organizar saberes. Como afirma Sacristán (1998), citando Grundy (1997), o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à humana. É, antes de tudo, um modo de organizar uma série de práticas educativas (p. 5).

Nesse sentido, o currículo precisa expressar os anseios da comunidade escolar, incluindo-se as vozes das culturas silenciadas, para que, através dele, se realizem os fins da proposta educacional. Dessa forma, a organização curricular do IFRS terá como diretriz a formação humana, ou seja, formar cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades transformando a si e ao mundo.

4.4. AVALIAÇÃO

A avaliação é integrante dos processos de gestão, de ensino e de aprendizagem, envolvendo ações de ordem diagnóstica, de monitoramento e de reflexão das práticas realizadas. Tem como finalidade promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário, entendendo que toda a educação constitui-se como um ato intencional. Segundo Gadotti (1984),

a Avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realiza em um constante trabalho de ação-reflexão, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. (p. 90)

Consciente de que a avaliação reflete as intenções educacionais de uma instituição de ensino, o IFRS está buscando criar referenciais que balizem os processos avaliativos, respeitando sempre as especificidades existentes nas distintas realidades atendidas pelos *campi*. Desde 2009, a Pró-Reitoria de Ensino, juntamente com as Diretorias de Ensino dos *Campi*, têm reunido informações visando compreender os processos avaliativos praticados nas instituições que integram o IFRS e, concomitantemente, orientando os *campi* novos na construção de seus processos e mecanismos de avaliação.

Pensar em avaliação remete delinear diferentes formas de avaliar, já que os educandos são sujeitos únicos, com vivências pessoais, experiências anteriores e com formas particulares de construir e reconstruir conhecimentos. De acordo com Fernandes e Freitas (2008), as instituições de ensino precisam incluir os diferentes sujeitos, socializando experiências, promovendo o crescimento do grupo através da socialização da cultura. Destaca-se que uma das experiências relacionadas à avaliação do processo de ensino e aprendizagem é a realização periódica de encontros consultivos e/ou deliberativos com a participação de trabalhadores em educação e discentes (ou seus responsáveis).

Além de considerar os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o IFRS acredita que a avaliação deverá ser diagnóstica (partindo do conhecimento dos educandos para o dimensionamento metodológico do processo de ensino e aprendizagem) e participativa, (envolvendo todos no processo de aprendizagem, estimulando-os a tornarem-se sujeitos de sua constituição avaliativa bem como da construção de seus saberes). Conforme Freire, “Ensinar não é transferir o conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção.” (1997, p.25). A avaliação também deverá ser formativa, (acompanhando o desenvolvimento do educando, de forma processual e contínua, percebendo as dificuldades no decorrer do processo e, a partir disso, reorientando-o).

Nesse sentido, a proposta da avaliação com ênfase qualitativa busca dimensionar as transformações necessárias para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, sendo inerente a ele. Para Fernandes (2006),

é fundamental que se conceba a prática avaliativa como prática de aprendizagem. Avaliar faz parte do processo de ensino e de aprendizagem: não ensinamos sem avaliar, não aprendemos sem avaliar. Dessa forma, rompe-se com a falsa dicotomia entre ensino e avaliação, como se esta fosse apenas o final de um processo. (p. 38)

Considerando a avaliação como fundamental em todo o processo de ensino e aprendizagem, tanto os cursos que foram criados antes da configuração do Instituto quanto os que foram criados após este período, contemplam em seus Projetos Pedagógicos uma perspectiva avaliativa, baseada em diversos instrumentos avaliativos, na perspectiva da constituição de formas de avaliar mais democráticas e inclusivas.

4.5. INCLUSÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA

4.5.1 INCLUSÃO

À educação inclusiva concerne um espaço pedagógico que reconhece e aceita a diversidade, assumindo assim uma postura que ressignifica as diferenças, dando-lhes sentido heterogêneo. Fonseca (2003) ilustra a questão com a referência: “a educação inclusiva respeita a cultura, a capacidade e possibilidades de evolução dos sujeitos envolvidos.”

Em consonância com as diretrizes legais que estabelecem o direito das pessoas com necessidades especiais à igualdade de condições de acesso e permanência, com atendimento especial, o IFRS implementa em todos os seus *campi* o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais), que tem objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei 10.098/00, Lei 10.048/00, Decreto 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT). É compromisso do NAPNE o fomento do processo de inclusão e de ações afirmativas, revelando o compromisso do IFRS com a formação integral do ser humano, em especial ao relacionamento que estabelece com o mundo do trabalho.

Além disso, são princípios da ação inclusiva no IFRS:

- o respeito à diferença;
- a igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão e permanência;
- a garantia da educação pública, gratuita e de qualidade para todos;
- a defesa da interculturalidade;
- a integração com a comunidade escolar.

A educação inclusiva no IFRS visa atender às necessidades especiais de todos os estudantes, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas. Os *campi* têm implementado o que regem as Leis 10.639/03 e 11.645/08, sobre a inclusão de ações pedagógicas que

contemplem as relações étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Alguns *campi* possuem Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), setores responsáveis por fomentar e organizar estudos e ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, incentivando a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Para tanto atender aos requisitos legais como promover ações inclusivas, a instituição prioriza a aquisição e a utilização de recursos materiais e técnicas avançadas e investe na formação dos servidores para que desenvolvam e atuem com competência em contextos de diversidade.

4.5.2 ACESSO

O IFRS, como instituição integrante da rede pública brasileira de educação, tem como compromisso contribuir para a democratização e expansão do ensino público e gratuito, buscando assegurar a igualdade de condições de acesso. Nesse sentido, a forma de ingresso aos cursos regulares do IFRS é mediante processo de seleção pública. O número de vagas para os cursos está definido nos Projetos Pedagógicos de cada curso, adequando-se às demandas regionais e às especificidades de cada *campus*.

Em coerência com as políticas públicas de acesso e inclusão, o IFRS pode utilizar reserva de vagas para alunos selecionados por meio de programa nacional de exames, tal como o ENEM. Da mesma forma, para ingresso em seus cursos superiores, pode usar processos seletivos unificados em âmbito nacional, tal como o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). A forma com que os processos seletivos são organizados atendem aos preceitos legais, às demandas regionais e às peculiaridades de cada *campus*.

Destaca-se que o uso do SiSU/ENEM possibilita o ingresso de educandos oriundos de vários estados brasileiros, concretizando o princípio da mobilidade acadêmica, mas, por outro lado, evidencia a necessidade de políticas de assistência estudantil para facilitar a permanência e o êxito acadêmico destes educandos.

No intuito de avançar na democratização do acesso aos cursos, o instituto está definindo políticas afirmativas para ingresso, tais como cotização, bonificação ou reserva de vagas, para alunos da rede pública, membros de comunidades quilombolas, afro-descendentes e indígenas e pessoas com necessidades especiais.

Este é um desafio apontado por este PPI para os próximos anos: avançar no sentido da inclusão social e na democratização das condições de acesso aos cursos ofertados em relação aos aspectos citados acima, dando continuidade à forma pública, impessoal e honesta, que já é marca dos processos seletivos do IFRS.

4.5.3 PERMANÊNCIA

No que tange à permanência dos educandos nos cursos, o IFRS possui políticas de assistência estudantil diferenciadas. Provavelmente, uma das primeiras práticas de assistência foi a garantia de moradia estudantil, principalmente nas instituições mais antigas, que possuem a opção de residência estudantil, em que os alunos permanecem em Regime de Internato Pleno. Os principais beneficiados com a moradia estudantil, tradicionalmente, são os educandos dos cursos técnicos de nível médio. Este benefício deverá ser ampliado, atendendo mais educandos de cursos técnicos de nível médio e estendido aos educandos de nível superior, considerando as necessidades dos *campi* e as demandas do Programas de Assistência estudantil.

O instituto implementa Programas de Assistência Estudantil, voltado também para os educandos dos cursos superiores, oferecendo várias modalidades de auxílio, com ênfase à moradia, alimentação, transporte, entre outras.

No âmbito de cada *campus* existem projetos de apoio pedagógico que visam auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos, através de oficinas, aulas de reforço e sessões especiais de monitoria por área/disciplina, entre outros.

Em relação à arte, cultura e esporte, existe o incentivo a atividades que integrem e desenvolvam habilidades artísticas e desportivas junto aos educandos, seja na música, dança, teatro ou artes visuais. Destacam-se as equipes esportivas, tanto nas modalidades de esporte coletivo (futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol, quanto nas modalidades individuais, como xadrez e atletismo). Outra forte atividade de integração dos educandos são as atividades culturais, inclusive realizando apresentações em outros Institutos Federais e em eventos de entidades civis.

O atendimento à saúde é realizado através de acompanhamento à saúde dos educandos, encaminhamento para consultas e atendimentos especializados e através de palestras de conscientização. Alguns *campi* possuem ambulatórios para realizar este atendimento integral aos educandos, em outros, psicólogos e pedagogos, assistentes sociais e técnicos de áreas afins, auxiliam na realização de palestras sobre temas de interesse da juventude, como sexualidade, drogadição, desafios profissionais, distúrbios e dificuldades de aprendizagem, entre outros.

O IFRS trabalha também através da criação de tempos e espaços voltados para a discussão das práticas pedagógicas nos *campi*, com foco especial no acompanhamento e na análise do desempenho dos educandos, no intuito de superar os índices de evasão e retenção identificados na Instituição.

5. POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

O IFRS tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de nossa região.

Busca priorizar projetos de pesquisa e programas de iniciação científica vinculados aos objetivos do ensino e extensão, e inspirados em proposições e demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, visando firmar contatos e convênios sistemáticos entre pesquisadores, promovendo o intercâmbio entre trabalhadores em educação e educandos de diferentes instituições nacionais e internacionais, além do desenvolvimento de projetos comuns entre as instituições.

O IFRS entende pesquisa artística e cultural e pesquisa científica como atividades afins, reconhecendo o processo de desenvolvimento de produção artística como atividade de pesquisa. Entende que certas atividades artísticas e culturais são atividades de pesquisa artística, equivalentes às demais atividades de pesquisa.

As pesquisas a serem realizadas deverão harmonizar-se com o Projeto Pedagógico da Instituição e sua implementação ocorrerá mediante a adoção de procedimentos que consistirão, principalmente, em:

- buscar alternativas de fomento às ações de pesquisa;
- realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa, firmar e manter intercâmbio com instituições científicas, visando firmar contatos sistemáticos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- criar mecanismos de avaliação e divulgação da produção científica e tecnológica realizada no Instituto;
- promover simpósios destinados ao debate de temas científicos, técnicos, tecnológicos e pedagógicos;

- disponibilizar recursos audiovisuais, de informática e acervo bibliográfico atualizado;
- possibilitar participação em eventos científicos, técnicos, tecnológicos e pedagógicos que possam sensibilizar e motivar educandos e trabalhadores em educação ao desenvolvimento da prática de pesquisa, sobretudo aqueles que desempenham atividades profissionais articuladas com os eixos temáticos estratégicos pesquisados na própria Instituição;
- promover o cadastramento das pesquisas institucionais e o fortalecimento dos eixos temáticos estratégicos, procurando expandi-los e/ou associá-los às atividades de ensino e extensão;
- criar núcleos e programas de pesquisa atrelados ao ensino de nível técnico, de graduação e de pós-graduação;
- captar recursos para o desenvolvimento de programas especiais;
- disponibilizar o acesso às bases de dados nacionais e internacionais de artigos científicos;
- buscar fomentos externos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação;
- buscar a aproximação e a integração com os setores produtivos.

6. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A ação extensionista é compreendida, no contexto do IFRS, como a prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuírem e a humanizarem o mundo do trabalho. É por meio da extensão que o Instituto contribui de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos saberes.

As ações extensionistas são compreendidas como processos educativos que integram a formação humana dos pontos de vista cultural e científico, tornando acessível o conhecimento de domínio da instituição, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível. Há que se ressaltar, ainda, que é por meio da extensão que se dá o processo de revitalização institucional, isto é, a instituição reflete a partir das demandas e experiências externas, já que à comunidade é que deve a sua razão de existência.

O IFRS objetiva, do ponto de vista das políticas de extensão: a otimização das relações de intercâmbio institucional com a sociedade voltadas para a reflexão-ação em torno das necessidades sócio-educacionais e econômicas locais e regionais; a divulgação do conhecimento produzido no Instituto; o fortalecimento das ações conjuntas envolvendo ensino, pesquisa e extensão em consonância com as necessidades sociais; a promoção de atividades de extensão em todos os *campi* do instituto, bem como em seus núcleos avançados; a captação e a oferta de recursos destinados ao incentivo e apoio às ações extensionistas; a divulgação das ações para reforçar e ampliar parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, no âmbito da união, do estado e dos municípios, visando contribuir para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade.

O IFRS entende que a extensão fortalece a sua relação com a comunidade, porque propicia a participação institucional em ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. É na medida em que socializa seu conhecimento que o Instituto tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, através de sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação.

O compromisso social manifesta-se na colaboração, no conhecimento e na transformação da comunidade, por meio de uma atuação eficaz, que compreenda a educação como processo social de formação do indivíduo para o exercício livre e responsável da cidadania.

É compromisso do IFRS buscar, constantemente, tempos e espaços curriculares a fim de concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

6.1. EXTENSÃO E PRÁTICA PROFISSIONALIZANTE

As ações de extensão, regularmente vinculadas às práticas profissionalizantes dos alunos, serão desenvolvidas de maneira integrada e buscarão, no primeiro plano, o envolvimento destes sob a supervisão de docentes como co-gestores das iniciativas empreendidas nesse campo. Em segundo plano, buscar-se-ão parcerias com o poder público e segmentos organizados da sociedade, seja na prestação de assessorias e consultorias, seja em ações que resultem na proposição de ações que objetivem o atendimento das necessidades mais relevantes dos educandos.

Os estágios de preparação profissional e para a cidadania estão integrados nos programas institucionais de extensão e podem ser desenvolvidos de acordo com as especificidades de cada curso, conforme a previsão de seus

Projetos Pedagógicos, dando-se prioridade aos seguintes programas/atividades:

- a partir de diagnóstico das necessidades da comunidade, oferta de cursos de iniciação, de atualização e de aperfeiçoamento, de modo a que possam se constituir em instrumentos para maior acesso ao conhecimento existente, em convênio com outras instituições congêneres;
- realização de eventos como congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, abordando temas do cotidiano e outros de interesse geral, com painéis variados, reunindo apresentadores e debatedores de renome em áreas de interesse do curso, integrando comunidade acadêmica, órgãos públicos e comunidade em geral;
- promoção de ações conjuntas, interagindo com entidades educacionais e assistenciais, ONG's e outras, em benefício da comunidade local;
- ampliação das possibilidades de convênios com instituições privadas, públicas e terceiro setor, objetivando a sistematização de um trabalho em parceria;
- oferta de serviços, direta ou indiretamente, desde que sejam realizados em conformidade com os objetivos institucionais;
- prestação de serviços profissionais e assistenciais dirigidos à população, em campos de atuação para os quais a Instituição desenvolve conhecimento ou qualifica seus alunos.

É responsabilidade dos professores orientadores de estágio do IFRS acompanhar periodicamente o trabalho desenvolvido pelos estagiários no campo de atuação do estágio, desde que viável economicamente, bem como orientá-los durante o desenvolvimento do estágio obrigatório, articulando os saberes produzidos nesta atividade com os escolares. Assim, devem os diversos *Campi* do IFRS reconhecer esta atividade como encargo docente. No entanto, compete à organização contratante (do estagiário), através de seus

funcionários, a supervisão direta de todas as atividades desenvolvidas pelos estagiários.

7. NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

A criação dos Institutos Federais indica a ideia de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a inserção na educação profissional de nível técnico em todo o território brasileiro. Além da expansão da oferta dos cursos técnicos de nível médio, é tarefa dos IFs concretizar a verticalização do ensino através da oferta de cursos de graduação e pós-graduação como opções de continuidade aos estudos dentro dos espaços geográficos ocupados pelos *campi* dos IFs.

Dessa forma, o IFRS atua em diferentes níveis e modalidades de ensino promovendo a verticalização dentro do âmbito da Educação Profissional.

De acordo com o Parágrafo 2º, do Artigo 39, da LDB, a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Por meio da oferta de cursos de educação profissional, o IFRS tem como premissas: o desenvolvimento integral do cidadão, a equidade; a competitividade econômica - vista de forma humanizada num processo de globalização - e a geração de novas tecnologias.

A ideia central do Ensino Técnico de Nível Médio é o entendimento do trabalho como princípio educativo, iniciando a sensibilização desta noção ainda nesta etapa da Educação Básica e estendendo essa centralidade na formação profissional para os cursos superiores.

Segundo Frigotto et al (2004) compreender o trabalho como princípio educativo não significa “aprender fazendo”, nem representa sinônimo de formar para o exercício do trabalho; é antes compreender o ser humano como produtor de sua realidade, como sujeito que dela se apropria para transformá-

la. Somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade e temos no trabalho a primeira mediação entre o homem e a realidade material /social.

No que concerne à relação entre educação de jovens e trabalho, Makarenko (1996) afirma que não basta estudar apenas o país e seu progresso, é preciso mostrar a cada passo aos educandos que seu trabalho e sua vida são parte do trabalho e da vida do país, e que o tempo social excede o limitado tempo de estudo nas salas de aula. Nessa perspectiva, o tempo de educar contempla todos os tempos sociais, inclusive os da cultura, do lazer, do descanso.

Deste modo, a educação deve tomar diferentes momentos da vida, em espaços diferenciados, e não deve ocorrer em episódios isolados da ação dos educandos. Ainda segundo Makarenko (1996), o trabalho como perspectiva em longo prazo deve encontrar lugar no sistema educacional em espaços e tempos de desenvolvimento espontâneo, pessoal e integral dos educandos, permitindo que eles vivenciem a experiência de conquistar êxitos com a sua colaboração, mas também de assumir as consequências de seus equívocos, pois a soma dessas diferentes experiências poderá os auxiliar em sua formação permanente.

Contribuindo para o entendimento do papel da educação profissional dentro do sistema de ensino brasileiro, Paiva (1993) destaca que a reorganização do mundo do trabalho implica mudanças na formação dos educandos que irão integrar este mundo. No que diz respeito a este novo paradigma de desenvolvimento, no âmbito de um patamar econômico globalizado, o IFRS preocupa-se com a formação de um cidadão/trabalhador com perfil qualificado, não apenas em relação ao domínio de conhecimentos na área tecnológica, mas também preparado a situar-se no mundo de maneira autônoma, capaz de usufruir e interagir ativamente em espaços de decisão, comprometendo-se com questões ligadas à coletividade.

Outra característica dos IFs é a atuação em diferentes modalidades de ensino. O IFRS possui diversos cursos e programas na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em Educação à Distância (EaD). Ofertando cursos através da Educação à Distância, o Instituto possibilita a realização de cursos técnicos em municípios distantes da localização geográfica de seus *campi*,

facilitando o acesso à Educação Profissional e sendo uma ferramenta de inclusão social.

O IFRS mantém cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), realizando a qualificação profissional e a formação de nível médio adequada à realidade dos educandos maiores de 18 anos. Além dessas modalidades de ensino, a Instituição oferece programas de certificação de saberes.

7.1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

O IFRS tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *campi*, oferecendo à comunidade cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A própria lei 11.892/08 reforça essa questão ao indicar a destinação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas para cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, e 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender aos cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. O IFRS assume o compromisso de cumprir a referida exigência legal, a cada exercício, em cada *campus*, favorecendo a integração, a solidariedade entre seus diferentes *campi*, no atendimento deste importante requisito legal.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFRS orienta-se pela legislação vigente e atende aos princípios norteadores estabelecidos pela Resolução CNE/CEB N.º 04/99, sendo eles:

- I. Independência e articulação com o ensino médio;
- II. Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III. Desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- IV. Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V. Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI. Atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII. Autonomia da instituição em seu projeto pedagógico.

Os cursos técnicos de nível médio ofertados pelo IFRS estão inseridos nos eixos tecnológicos de acordo com as normativas vigentes do MEC e LDB, nas seguintes formas:

- I. Integrada ao ensino médio;
- II. Integrada ao ensino médio na modalidade educação de jovens e
- III. Adultos (proeja);
- IV. Concomitante ao ensino médio;
- V. Subsequente ao ensino médio;
- VI. Formação inicial e continuada de trabalhadores.

As formas mais comuns de oferecimento de cursos técnicos de nível médio são:

Integrada: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

Concomitante: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental e esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso;

Subsequente: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

O Ensino Médio no IFRS segue os Parâmetros Curriculares Nacionais, cumprindo as funções estabelecidas no Artigo 35 da LDB, sendo elas:

- I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Para alcançar estes objetivos, Ciavatta (2005) afirma que a formação integrada é parte inseparável da educação profissional, isto significa buscar o trabalho como princípio educativo, tentando superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual. Ao incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, formamos trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Portanto, os cursos Técnicos de Nível Médio visam a uma formação emancipatória, buscando estratégias de ensino que priorizem a articulação entre as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, permitindo ao jovem a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais, políticos e ambientais do sistema produtivo.

Embora ainda não seja uma prática amplamente difundida, a pesquisa e o espírito científico devem ser incentivados durante os cursos de Nível Médio.

Ciavatta (2005) afirma que é necessário que a pesquisa esteja presente em toda a educação escolar, principalmente dos que vivem e viverão do próprio trabalho, pois ela instiga o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, evitando que sejam incorporados pacotes fechados de visão de mundo, de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos.

As propostas de mudanças qualitativas para o processo de ensino e de aprendizagem no nível médio indicam a sistematização de um conjunto de disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, fazendo com que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos.

Para o autor citado, o conhecimento constitui-se a partir do momento em que se faz relações entre as coisas e isso pressupõe pensar de forma integrada. A compreensão do real como totalidade caracteriza a mobilização de saberes, com foco nas competências que se pretende desenvolver e não nos conteúdos a se ensinar.

7.2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Com o decreto nº 5.478/2005 (posteriormente, substituído pelo Decreto nº 5.840/2006), o governo federal instituiu o PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos – buscando atender à demanda por elevação da escolaridade. Inicialmente, desde 2006, por meio da oferta de educação profissional técnica de nível médio e, a partir de 2009, através da formação inicial e continuada, em parceria com as redes de educação municipais, níveis dos quais os jovens e adultos, em geral trabalhadores, são excluídos.

Assumindo um caráter humanizador, que proporcione ao jovem e ao adulto o acesso à produção histórica da humanidade e à formação profissional

que lhe permita compreender e atuar no mundo na busca de melhorá-lo, o PROEJA propõe uma formação que viabilize ao sujeito inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda, sem abandonar aspectos de sua vida, como a religiosidade, a família, a participação social, política e cultural, constituindo-se como uma ação contínua na rede pública de ensino.

Articular a escolarização e o trabalho, no contexto do PROEJA, tem um sentido de alargamento de horizontes, promoção da reflexão sobre o processo de trabalho, melhoria nos relacionamentos interpessoais, desenvolvimento da consciência de coletividade, possibilidade de intervenção na realidade e de melhoria da qualidade de vida.

No IFRS, as ações do PROEJA se integram a uma política pública educacional que busca proporcionar condições para que todos os cidadãos tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita e de qualidade. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino com características específicas e isso demanda investimento na formação de professores para que possam entender e melhor atender a todas as questões relativas ao campo teórico que articula a educação profissional e a educação básica na modalidade da educação de jovens e adultos. Sendo esse um público diferenciado, que exige práticas pedagógicas de conscientização e de transformação da realidade, é fundamental que as ações docentes valorizem as trajetórias de aprendizagem dos educandos, focando a qualidade dos processos.

O PROEJA tem garantido aos estudantes-trabalhadores não somente a escolarização, mas a inclusão social e a possibilidade de continuidade dos estudos através de um currículo que valoriza os saberes e promove uma prática pedagógica coerente com o propósito desse novo campo de estudo, que articula a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

7.3. GRADUAÇÃO

O ensino de graduação do IFRS está articulado com os demais níveis de ensino da instituição, com a pesquisa e com a extensão, e reflete uma política nacional de educação, ciência e tecnologia que visa à qualidade da formação profissional.

Nessa perspectiva, o papel do ensino de graduação está estreitamente vinculado ao ideário da gestão democrática, ao incremento tecnológico e à reflexão ética. O ensino de graduação está comprometido com a formação de cidadãos-trabalhadores, com a interculturalidade, com a democratização do conhecimento científico, tecnológico e pedagógico, com a promoção da cultura, tendo a pesquisa e extensão como princípios educativos.

O ensino de graduação difunde o exercício da autonomia, da liberdade para pensar, criticar, criar e propor alternativas que se traduzem concretamente na possibilidade de apresentar soluções próprias para os problemas enfrentados nesse nível de ensino. Nessa conjuntura, um grande desafio que se apresenta ao IFRS está relacionado à construção de uma postura investigativa (de curiosidade, debate e atualização), de modo que os egressos tenham condições para envolver-se em projetos de “*educação permanente*”.

A criação de novos cursos deve considerar a política de expansão a ser adotada pelo IFRS, devendo especificar as metas sociais e políticas que se pretende alcançar com a formação oferecida, a concepção curricular e sua respectiva proposta e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além da adequação do projeto pedagógico às demandas locais e regionais, há que se considerar as potencialidades da instituição no que se refere às condições infra-estruturais, bem como no tocante ao corpo docente especializado.

O IFRS oferece Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados. A concepção curricular dos cursos busca uma sólida formação profissional, em bases éticas e humanísticas, articulando os conhecimentos teóricos e práticos específicos com uma formação geral, tal como preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

7.4. PÓS-GRADUAÇÃO

Os programas e cursos de pós-graduação no IFRS devem assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional. O IFRS deve, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, permitindo-lhes “problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional” (MEC, 2008, p. 25).

O ensino de Pós-Graduação se organizará nos formatos *lato sensu* e *stricto sensu*, respeitado o princípio da aplicabilidade investigativa, bem como de seu caráter profissional. Além disso, os programas de Pós-graduação devem levar em consideração a prática do ensino e da pesquisa sintonizada com o Plano de Desenvolvimento Institucional; o ensino e a pesquisa como atividade estratégica de verticalização do ensino; o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica e a formação de profissionais para a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica.

7.5. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Lei 9.394/96 (LDB) instituiu em seu Artigo 80 que cabe ao Poder Público incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a

distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

De acordo com o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o artigo supracitado, a Educação a Distância (EaD) possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação didático-pedagógica, por meio de diferentes suportes de informação, veiculados pelos diversos meios de comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

Um dos grandes desafios da educação a distância é a democratização do acesso à educação, proporcionando uma aprendizagem que denota autonomia ao aluno e é ligada à experiência, à promoção de um ensino inovador e de qualidade, incentivando a educação permanente. As condições de trabalho ou atividades pessoais muitas vezes impedem o acesso a cursos regulares presenciais, e a modalidade a distância é uma possibilidade a todos os que necessitam de estudos.

Nessa modalidade de educação, o IFRS deve oferecer aos professores referenciais e suportes teóricos e práticos, que possibilitem a capacitação para atuarem nessa modalidade de ensino, tendo em vista o desenvolvimento de competências e habilidades para a plena formação do estudante, como cidadão e profissional qualificado.

A implantação dos núcleos de educação a distância tem por objetivo propiciar a formação profissional, em diversos níveis (formação inicial e continuada, técnico, tecnológico, licenciatura, bacharelado e pós-graduação). Uma das principais metas da Educação a distância é levar os cursos para as regiões distantes geograficamente do IFRS, através dos pólos de EaD, possibilitando aos cidadãos uma oportunidade de concluírem seus estudos e/ou se profissionalizarem-se.

8. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Considerando a educação como um processo contínuo e permanente, o IFRS deve criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação estejam inseridos nesse universo através da criação de oportunidades de formação continuada.

O curso de Licenciatura em Educação Profissional é uma das principais estratégias de formação continuada do Instituto, atendendo o público interno (docentes e técnico-administrativos) e o público externo.

Visa à capacitação para a docência dentro da Educação Profissional, tanto para quem já atua como docente, mas não é licenciado, como para quem tem um curso superior de bacharelado e pretende se capacitar para ingressar na docência. Portanto a Licenciatura em Educação Profissional, ofertada em vários *campi* do IFRS, contribui para a qualificação docente, sendo esse um dos desafios da educação brasileira.

Em casos excepcionais, quando não for possível a oferta da licenciatura em Educação Profissional, poderão ser ofertados cursos especiais de formação pedagógica. Entretanto, o IFRS entende que a licenciatura é o espaço mais adequado para uma formação de professores aptos a enfrentarem os desafios presentes na conjuntura atual.

Os referidos cursos diferenciam-se das demais licenciaturas por terem uma forte relação com a educação profissional:

A formação pedagógica para os profissionais que atuam ou atuarão como professores do conteúdo específico da EPT, exige em primeiro lugar, das instituições que se dispuserem a esta atribuição, o comprometimento com o fortalecimento de uma cultura do valor do trabalho educativo enquanto aspecto que deve perpassar os diferentes fazeres da escola e que se pautem pela permanente reflexão sobre o sentido do porquê fazemos educação neste país, algo que certamente contribuirá para modificar o perfil do profissional não só docente, mas também os técnicos administrativos que atuam na EPT (PEREIRA, pág. 6, disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic_ept.pdf, acesso - 02/06/2011).

O IFRS acompanha a ideia de que todos os trabalhadores envolvidos nos processos e atos educativos são considerados trabalhadores da educação, portanto, as ações de formação continuada têm sempre esse olhar de pertencimento à educação profissional.

Cabe à Diretoria de Gestão de Pessoas do Instituto organizar um Plano de Capacitação de trabalhadores em educação, a partir do levantamento de demandas de ações de capacitação, treinamento e qualidade de vida.

Outra importante ação de formação continuada em serviço é o incentivo à elevação de escolaridade dos trabalhadores em educação em cursos regulares de Graduação e Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*. Além disso, o IFRS trabalhará na consolidação de convênios de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (Minter e Dinter). O IFRS entende a pós-graduação como um espaço essencial, no qual os trabalhadores em educação podem avançar dentro do seu respectivo plano de carreira e adquirir conhecimentos que contribuam no seu exercício profissional e no desenvolvimento da instituição.

O IFRS também tem como prioridade dar incentivos para que todos os trabalhadores em educação que ainda não tenham completado a Educação Básica o façam, prioritariamente em cursos de Educação de Jovens e Adultos.

O incentivo à participação em cursos, congressos, seminários, treinamentos é outra ação nesse sentido. Em alguns casos, dependendo da disponibilidade orçamentária e das regras formuladas para esse fim específico, pode haver o custeio de despesas (taxa de inscrição, diárias e passagens).

O IFRS compreende que a formação continuada, no e a partir do cotidiano profissional, auxilia na qualificação técnica relacionada diretamente à atividade desenvolvida, permitindo ao trabalhador em educação sentir-se sujeito do processo educacional e ampliar seus horizontes pessoais e profissionais.

Compreende ainda que certas atividades profissionais demandam uma habilidade técnica extremamente refinada e específica e que, portanto, exigem do trabalhador em educação uma prática e atualização constantes.

9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional se constitui como processo sistemático que permite compreender de forma global a trajetória institucional, além de promover a autoconsciência da instituição, oportunizando a melhoria da qualidade científica, política e tecnológica das ações pedagógicas e administrativas desenvolvidas.

A avaliação institucional implica também o comprometimento com as condições para a promoção e melhoria da administração, do ensino, da pesquisa e da extensão, orientando no princípio da democratização. Para RIBEIRO (2000, p.15), “a avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade”.

A prática dialógica da avaliação institucional no âmbito do IFRS é coordenada pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), já a avaliação interna dos *Campi* é realizada pelas SPAs (Subcomissões Próprias de Avaliação) constituídas em cada *campus*.

A avaliação externa é realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A avaliação institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e almeja a melhoria do ensino, a valorização da missão pública, a promoção de valores democráticos, o respeito à diversidade e a construção da identidade institucional.

No processo de avaliação institucional, são observadas as dimensões mencionadas no Art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004:

- I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

10. UTOPIAS

O processo de construção deste Projeto Pedagógico Institucional fez o IFRS pensar na sua posição político-pedagógica atual e projetou devires. O envolvimento da comunidade acadêmica no debate em torno das temáticas pedagógicas aumentou o nível de consciência institucional, evidenciando fragilidades, áreas a desenvolver e as conquistas ao longo da existência do IFRS. Ao mesmo tempo, a reflexão apontou desafios para o futuro, levantando os olhos no horizonte e demarcando utopias para o IFRS.

Dentre os desafios a serem superados, destaca-se a construção de uma identidade institucional, o fortalecimento da identidade local de cada *campus* e a consolidação do reconhecimento social do IFRS enquanto Instituição de Ensino nos espaços que ocupa no Estado do Rio Grande do Sul.

A perspectiva para esta utopia perpassa pela autonomia administrativa dos *Campi* e pela gestão descentralizada através da participação e da responsabilidade nas decisões do Instituto. Os *Campi* estão acostumando-se a essa realidade administrativa e o funcionamento dos Conselhos de *Campus* irão consolidar essa autonomia partilhada e amadurecer a ideia de gestão democrática, dividindo as deliberações em âmbitos locais (que dizem respeito a cada *Campus*) e no âmbito institucional (que interessam e afetam toda a instituição). O fortalecimento da identidade do IFRS é uma das utopias visualizadas a partir deste Projeto Pedagógico Institucional.

A caminhada rumo à consolidação no que se refere à pesquisa e à pós-graduação é longa, mas fica a certeza de que os primeiros passos foram percorridos, através de participação em editais públicos e privados de incentivo à pesquisa, do estabelecimento de condições (carga horária docente, bolsas de iniciação científica...) para a prática da investigação científica e dos diálogos acerca dos cursos/programas de pós-graduação. Portanto, presente no horizonte do IFRS está o seu reconhecimento enquanto instituição marcante também no âmbito da pós-graduação e da pesquisa.

A partir da conquista do espaço em nível da pós-graduação e da conclusão das turmas em andamento nos vários cursos superiores e novos ingressos de educandos oriundos dos cursos de nível médio, poder-se-á afirmar que o IFRS realiza a verticalização do ensino e avalia os efeitos dessa prática pedagógica.

Por fim, deseja-se que o processo de pensar a proposta político pedagógica da instituição seja uma prática permanente, cheia de indagações, idas e vindas, avanços e desafios, repleto de significados para os sujeitos envolvidos na instituição, por meio do exercício de projetar o futuro.

11. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projectos de ação e planificação.** Porto: Porto Editora, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 04/99.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em: 30.08.2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02.06.2011.

_____. **Concepções e Diretrizes:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Ministério da Educação, Junho, 2008. Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20106281024781conc_diret_rev.pdf. Acesso em: 02.06.2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Documento Base. 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec> Acesso: 02.06.2011.

_____. **Um novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica -** Concepções e Diretrizes. 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec> Acesso: 02.06.2011.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição Federal Brasileira.** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 02.06.2011.

_____. **Lei nº 10.048 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que se especifica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098. Acesso: 30.08.2011.

_____. **Lei nº 10.098, de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da possibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098. Acesso: 30.08.2011.

_____. **Lei nº 10.639, de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9394/96, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

para incluir no currículo oficial da Rede Federal de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm. Acesso: 30.08.2011.

_____. **Lei nº 10.861, de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm. Acesso em 30.08.11.

_____. **Decreto nº 5296, de dezembro de 2004.** Regulamenta as leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 30.08.11.

_____. **Decreto nº 5622, de dezembro de 2005.** Regulamenta o artigo 80 da Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em 30.08.2011.

_____. **Decreto nº 5840, de julho de 2006.** Institui O PROEJA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/Decreto/D5840.htm. Acesso em: 30.08.2011.

_____. **Lei nº 11645, de março de 2008.** Altera lei 9394/96, modificada pela lei 10639/2003 que estabelece diretrizes para inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei11645.htm. Acesso em: 30.08.2011.

_____. **Lei 11892, de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei11892.htm. Acesso em 02.06.2011.

CATTANI, A. D. (Org.); HOLZMANN, L. (Org). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia.** Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

Clavatta, Maria. **A formação integrada:** a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Aprovado pela Resolução nº 07, de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/mídias/arquivos/2009>. Acesso em 02.06.2011.

FERNADES, Claudia de Oliveira. **Currículo e Avaliação**, in: Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental 2006, p. 38. também disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/155518Indagacoes.pdf> - acesso 16-06-2011

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Currículo e Avaliação**. In: BEAUCHAMP, Janete. PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do(Orgs.). *Indagações sobre currículo: Currículo e avaliação*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FONSECA, V. **Tendências futuras da educação inclusiva**. In STOBÄUS, C. D e MOSQUERA, J.J.M (orgs). Educação especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudencio (org.); CIAVATTA, Maria (org.); RAMOS, Marise (Org.). **Novas e Antigas Faces do Trabalho e da Educação**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

_____. **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradição. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder**: Introdução à Pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1984.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAKARENKO, Anton S. **Problemas da educação escolar**. Moscou: Progresso, 1996.

MARTINS, Ligia Márcia. **Ensino-Pesquisa-Extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. São Paulo: Unesp. Disponível em <http://www.franca.unesp.br/oep/Eixo%20%20-%20Tema%203.pdf>. Acesso em 30-06-2011.

NORMA BRASILEIRA, ABNT 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Disponível em: <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf>.

ORGANISTA, José Henrique de Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PACHECO, Eliezer. **Novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. p:5, Sd. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_novasperspectivas_eliezerb.pdf - acesso 05-06-2011.

PAIVA, Vanilda P. **O novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho**. Educação e sociedade. Campinas, n. 45, ago. 1993.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica**. Sd. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic_ept.pdf, Acesso: 02.06.2011.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. **A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico**, 5ª Ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

RAMOS, Marise N. **A Educação profissional pela pedagogia das competências: para além da superfície dos documentos oficiais**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 23, n. 80, p.405-427, 2002.

_____. **A Pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação**. São Paulo: 2005.

Regimento Interno do Conselho Superior (CONSUP). Aprovado pela Resolução nº 64 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010>. Acesso em 02.06.2011.

SACRISTÁN, Gimeno J. Aproximação ao conceito de currículo. In: _____. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Politécnico da saúde Joaquim Venâncio, 1989.

_____. **Escola e democracia.** São Paulo: Autores Associados, 2008.

RIBEIRO, Célia Maria et AL. **Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Goiás.** 2000.

VEIGA, Ilma Passos A.(org). **Projeto Político Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus,1995.

12. GLOSSÁRIO

Competência

A noção de competências tem sido utilizada desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, como orientadora das relações educativas. A justificativa à época, reafirmada pelo Parecer n.º 16/99, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, vinculava a pedagogia das competências como mais indicada à formação profissional para o mercado de trabalho, visto que a noção de competências assumiu, nesta concepção, o papel de ordenadora das relações de trabalho (Ramos, 2002, 2005), em um mundo em crescente processo de transformação e imprevisibilidade, diante do processo de flexibilização das relações de trabalho. Assim, tal parecer entendia que as competências estariam vinculadas à capacidade de mobilização de conhecimentos, informações e hábitos para aplicá-los com capacidade de julgamento, em situações reais e concretas, individualmente e com sua equipe de trabalho. Logo, cresceria a relevância do “saber ser” em relação ao “saber fazer”, moldando o trabalhador às novas exigências da divisão social do trabalho. Contudo, entende-se que estes conceitos deveriam ser compreendidos de maneira mais ampla, já que são construídos ao longo da trajetória de vida do trabalhador, que partilha experiências e práticas coletivas, condicionadas pelo contexto econômico, social e político, e reinserindo-se na formação profissional sua dimensão político-social e a reflexão-crítica sobre a própria prática, além da execução de tarefas, sejam prescritas ou imprevistas.

Dialogicidade

Partindo da realidade concreta dos indivíduos, com o objetivo de problematizar seu mundo através do diálogo crítico e transformador das culturas, Freire (1994) aponta a necessária compreensão de história e do papel/importância da subjetividade humana na construção do mundo socioculturalmente estruturado. Assim, o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana do mundo. A palavra assume, neste sentido, o papel de *dizer* o mundo segundo nosso modo de ver e de *fazer* o mundo a partir da necessidade de transformá-lo, implicando em uma *práxis* social, ou

seja, não simplesmente prática, mas atividade dotada de um sentido sócio-histórico.

Educação para o Mundo do Trabalho

Educar para o trabalho difere-se de educar para o mercado de trabalho, considerando o primeiro conceito mais amplo que o segundo, visto que o trabalho é considerado uma mercadoria que o trabalhador *vende* de acordo com os valores, protocolos e requisitos deste mercado que o define. Educar para o mundo do trabalho significa compreender que o trabalho é a atividade humana necessária à produção e reprodução da vida para a consecução de seus objetivos. Significa entender que o trabalho é a maneira pela qual os homens produzem bens, produtos e serviços e, ao mesmo tempo, produzem a si mesmos, permitindo conhecer-se, conhecer o outro e o mundo, em uma perspectiva em que não se descolam trabalho, ciência e cultura (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005, 2008).

Emancipação

A emancipação humana não pode ser reduzida a uma questão de lógica. Segundo Freire (1997), a emancipação é uma conquista política que deve ser efetivada pela práxis humana, na luta ininterrupta a favor da libertação das pessoas de suas vidas desumanizadas pela opressão e dominação social, consideradas nas suas diferentes formas. O ponto de partida é a concepção da realidade concreta como uma totalidade, síntese de múltiplas relações. Assim, vai além dos direitos civis, sociais e políticos, que podem ser facilmente reduzidos ao ritual cívico do voto. Logo, deve contemplar a liberdade de pensamento e de ação social, incluindo a esfera econômica e observando os princípios de integralidade, universalidade e equidade, reconhecendo homens e mulheres como seres histórico-sociais que atuam no mundo para satisfazerem suas necessidades subjetivas e sociais e, nessa ação, produzem conhecimento e se tornam capazes de analisar e transformar a sociedade.

Ensino e aprendizagem

Ensino e aprendizagem são processos distintos. Ensinar envolve a intencionalidade e o planejamento de ações por parte do educador, com a finalidade de provocar mudanças em seus educandos. O ensino deve favorecer as múltiplas interações entre o aluno e os conteúdos, o que referenda o compromisso docente para com o planejamento das ações educativas. Ocorre em locais específicos, dentre elas a escola, as igrejas etc., sendo um processo extrínseco ao sujeito.

Cabe salientar ainda que aprender e ensinar “não são meros processos de repetição e acumulação de conhecimentos, implicam transformar a mente de quem aprende, que deve reconstruir em nível pessoal os produtos e processos culturais a fim de se apropriar deles” (POZO; CRESPO, 2009, p. 20).

O ensino visa à construção de conhecimentos pelos indivíduos envolvidos, mas não garante a aprendizagem. Aprender é um processo individual, próprio de cada sujeito, ainda que não ocorra sem interação com o meio, com os objetos e com os outros, pois é sempre produto de trocas e de ações coletivas. A aprendizagem é um processo interno, que ocorre por toda a vida, podendo se dar a partir da ação intencional do educador (por meio de um processo de ensino), mas principalmente a partir de experiências próprias do ser humano.

Formação Profissional

Segundo Catani (2011), a formação profissional designa todos os processos educativos relacionados à construção de conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais vinculados à produção de bens e serviços. Contudo, admitindo que o ser humano é por natureza inacabado (Freire, 2000), isso deve ser entendido como uma construção histórico-social do trabalhador enquanto força e classe produtiva, em um processo que perpassa toda a vida do sujeito nos seus mais diversos meios de interação social. Logo, a formação profissional não é estática, mas um processo de construção individual e coletivo, no qual os indivíduos se qualificam ao longo das relações sociais, permitindo ao trabalhador “*ser mais*” (Freire, 1994).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 1994

Habilitação Profissional

Reconhecimento social e legal que cumpre pré-requisitos de Formação e de Escolarização vinculados ao exercício do trabalho em uma determinada profissão.

Politecnia

Segundo Saviani (1989, 2008), a politecnia parte do princípio de que o processo de trabalho é uma unidade indissolúvel e contrapõe-se à separação entre teoria e prática, trabalho manual e intelectual, características intrínsecas e concomitantes do trabalho. A separação dessas funções é um produto histórico-social não absoluto, mas relativo, vinculado à divisão social do trabalho e conferindo à classe trabalhadora a responsabilidade pela execução do trabalho, e às elites as atividades de planejamento, direção e controle destes processos de trabalho. Adotar a noção de politecnia implica em uma formação profissional vinculada à aceitação ampla do trabalho como princípio educativo, pela compreensão das bases de organização do trabalho, pela possibilidade de re-união entre teoria e prática em um processo em que se aprende praticando, e quando, ao praticar, se compreendam os princípios científicos, culturais e sociais do trabalho.

Qualificação

Conceito consolidado ao longo do século XX e compreendido a partir de suas três dimensões: conceitual, social e experimental. Conceitual, relacionado ao registro de conceitos teóricos e formalizados, em geral, legitimados pela produção científica e associados a títulos e diplomas. Social, a partir do entendimento de que a qualificação insere-se no âmbito das relações sociais que se estabelecem entre os conteúdos das atividades e suas classificações hierárquicas, bem como ao conjunto de regras e direitos relativos ao exercício profissional construídos coletivamente. Experimental, relacionado ao conteúdo real do trabalho, em que se inscrevem não somente os conceitos, mas o conjunto de saberes postos em jogo quando da realização do trabalho (Ramos, 2002, 2005).